

Ex-ministro apóia acordo com os bancos

Mailson da Nóbrega diz que foi o melhor acordo Brady e que "o Brasil está virando a página"

FÁBIO PAHIM JR.

A negociação da dívida externa com os bancos internacionais tira o País da condição de último grande país devedor sem um acordo com base no Plano Brady — que permite a transformação da dívida em bônus (bonds), mais seguros, e uma redução na dívida, em troca da paz com a comunidade financeira internacional.

"O Brasil está virando a página", afirma o ex-ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. "Foi o melhor acordo Brady, e a história da negociação da dívida mostra que todo acordo é melhor do que seu precedente, pois vai incorporando as vantagens dos anteriores". Mailson entende que "a negociação foi competente e o ex-ministro Marcílio Marques Moreira desanuviou o ambiente". Antes, o acordo sobre juros feito por Jório Dauster "criou confusão".

Melhor — "O acordo foi bom", declara Igor Cornelsen, representante do Brasil do West Merchant Bank, de Londres. "Mas poderia ter sido muito melhor se feito há dois anos". Cornelsen, um brasileiro que acompanhou toda a crise da dívida, primeiro no Libra Bank, depois no Chartered West, e finalmente no West Merchant, calcula que o Brasil, no mínimo perdeu US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões por não ter fechado o acordo antes. Teria pago juros melhores em quase todas as operações (bonds, crédito comercial, CDBs de bancos brasileiros no Exterior). "Cada dia que passa custa mais caro." Além disso, as reservas cambiais em caixa (hoje, cerca de US\$ 30 bilhões), ficaram no Bank of International Settlements (BIS), espécie de banco central dos bancos centrais situado na Basileia, Suíça, rendendo a menor taxa de juros do mundo (2% a 2,5% ao ano).

Quando os juros eram substancialmente mais elevados do que agora, o Brasil chegou a transferir ao Exterior quase US\$ 10 bilhões líquidos por ano. No período 1985/89, conforme cálculos do Citibank, só os juros somaram US\$ 46,9 bilhões e as transferências totais, US\$ 49 bilhões. Como maior credor privado, o Citi sempre presidiu o Comitê Assessor de Bancos e empenhou-se numa solução negociada. O banco foi o que mais entrou com dinheiro novo para tornar os acordos viáveis e este fim de semana, prometeu mais US\$ 200 milhões para ajudar o País a concluir a negociação. Com o acordo, grande parte da dívida externa estará securitizada — ou seja, em vez de promissórias,

os credores passarão a ter nas mãos bônus, negociáveis com mais facilidade e que são comprados pelos grandes investidores institucionais, como fundos de pensão, seguradoras e carteiras especializadas em mercados emergentes. Mailson da Nóbrega não acredita que a securitização da dívida seja impeditiva de uma moratória.

MENOS JUROS, MAIS DÍVIDA

Evolução da dívida externa e da taxa de juros — em US\$ bilhões

Ano	Dívida externa total	Juros líquidos (%)
1984	102,0	10,2
1985	105,1	9,6
1986	111,0	9,0
1987	121,2	8,7
1988	113,5	9,8
1989	115,1	9,6
1990	122,8	9,7
1991	123,5	8,6
1992	133,9	7,3
1993 (*)	138,0	9,0

(*) Estimativa

Fonte: Banco Central [até 1992] e bancos privados

VAI E VEM

A longa história da renegociação da dívida externa brasileira

82

Eclode a crise da dívida

83

Brasil faz ampla renegociação para evitar a moratória

83/85

Brasil negocia com credores e envia várias Cartas de Intenção ao FMI, mas nenhuma foi cumprida por muito tempo

86

Concluído o acordo com o sistema financeiro

87 Moratória

Antes da entrada em vigor do acordo, governo declara moratória unilateral (fevereiro)

87/88

Aos poucos, o Brasil retoma o diálogo com a comunidade financeira internacional

88

Brasil assina em setembro acordo da dívida com os bancos internacionais

89

País informa ao Comitê de Bancos em julho atraso nos juros

90

Brasil envia (setembro) Carta de Intenção ao FMI e retoma diálogo com bancos interrompido em julho/89

Fonte: Citibank [até março/93] e imprensa

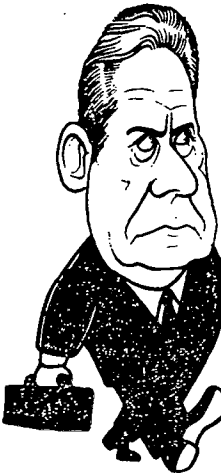
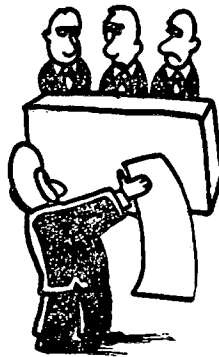


91/92

Propostas e contrapropostas entre Brasil e bancos

92

A 9 de julho, Brasil apresenta plano de renegociação da dívida. A 29 de dezembro, o Senado aprova o term-sheet (minuta) do acordo com os bancos internacionais



93

A 16 de março, o governo e o Comitê Assessor de Bancos anunciam que mais de 800 bancos credores aderiram ao acordo (mais de 95%). Em julho, Brasil cria regras para concluir a renegociação e substituir os títulos da dívida no mercado. Em setembro, a família Dart, norte-americana, maior credora individual do Brasil, ameaça denunciar o acordo. Dia 29, o ministro Fernando Henrique Cardoso encontra-se com os banqueiros em Toronto, Canadá. Em dezembro, os bancos credores anunciam que aceitam assinar o acordo

94

A 16 de março o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, fala com simpatia do programa brasileiro, mas vai esperar a criação do real, pois antes não é possível ter metas quantitativas do programa brasileiro. Dia 17, o Tesouro dos EUA anuncia que só fará uma emissão especial de zero-coupon bonds necessários para garantir os novos bônus da dívida brasileira (Brady bonds) se o acordo com o FMI estiver fechado, mas sabe-se que o Brasil já tem os títulos. O ministro Fernando Henrique Cardoso encontra-se com William Rhodes, do Citibank e do Comitê Assessor de Bancos, que querem fechar o quanto antes o acordo, dispensando o acordo com o FMI. Dia 18, os bancos anunciam a conclusão do acordo com o Brasil que ainda recebe dinheiro novo para as garantias.



BOA RENEGOCIAÇÃO

Comparação de algumas opções de títulos com outros países

	Bônus ao par			
	Brasil	Argentina	México	Venezuela
Juros	4% no 1º ano subindo até 6% e 6% a partir do 7º ano	4% no 1º ano subindo até 6% e 6% a partir do 7º ano	6,25% fixos	6,75% fixos
Vencimento 30 anos	30 anos	30 anos	30 anos	30 anos
Período de garantia dos juros	12 meses	12 meses	18 meses	18 meses
Adesão	US\$ 11 bi	65% da dívida	US\$ 21 bi	US\$ 5,7 bi

	Bônus de desconto			
	Brasil	Argentina	México	Venezuela
Desconto	35%	35%	35%	30%
Juros/ano	1 (+0,825%)	1 (+0,825%)	1 (+0,825%)	1 (+0,825%)
Vencimento	30 anos	30 anos	30 anos	30 anos
Período de garantia dos juros	12 meses	12 meses	18 meses	18 meses
Adesão	US\$ 11,6 bi	35% da dívida	US\$ 12 bi	US\$ 1,2 bi

	Bônus de dinheiro novo		
	Brasil	México	Venezuela
% de dinheiro por dólar	20%	25%	20%
Juros	1 (+0,875%)	1 (+0,825%)	1 (+1%)
Vencimento	15 anos	15 anos	15 anos
Carência	7 anos	7 anos	7 anos

Fonte: Imprensa